

O Poder da Distinção e a Distinção da Recusa: Nobilitação e Construção do Estado Imperial Brasileiro

MARINA GARCIA DE OLIVEIRA*

Em 25 de março de 1824, d.Pedro I, primeiro imperador do Brasil, outorgava aquela que seria a primeira e única Constituição para o Império do Brasil¹. Essa constituição manteve grande parte do conteúdo do Projeto de 1823², mas com algumas alterações significativas, das quais mencionaremos duas. A primeira foi a inclusão do quarto poder, o Poder Moderador, ao lado dos outros três poderes já previstos em 1823, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Sob inspiração do teórico francês, Benjamin Constant, o Poder Moderador, privativo do imperador, deveria servir como o fiel da balança entre os demais poderes, uma vez que tirava o imperador do exercício do Executivo, este sob responsabilidade dos ministros.

O impasse criado em 1824 no Brasil resultou da concentração desses dois poderes nas mãos do monarca, exercendo o Moderador e o Executivo (exercido em conjunto com os ministros e de responsabilidade deles), além de, pelo texto constitucional, o monarca ser irresponsável, ou seja, não poderia ser responsabilizado pelas suas atividades dentro do exercício do Moderador, nem do Executivo³.

Apesar do inegável impacto provocado pela inclusão do Poder Moderador, essa não foi a única modificação da Constituição de 1824 em relação ao Projeto de 1823. A segunda modificação do texto de 1824 foi a regulamentação da existência de uma

* Mestranda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Essa pesquisa, em andamento, é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob orientação da Prof^a Dr^a Monica Duarte Dantas.

¹ Sobre a Constituição de 1824 e sua permanência ao longo de todo o período imperial, consultar Andréa Slemian, *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2006.

² A Assembléia Legislativa e Constituinte de 1823, convocada por d.Pedro I, em 03 de junho de 1822, deveria elaborar leis para o novo Estado, bem como um Projeto de Constituição, porém essa assembléia foi dissolvida em novembro de 1823 pelo imperador, que prometeu dar uma nova constituição para o Estado. Sobre a dissolução da Constituinte, consultar, entre outros, Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001; Sérgio Buarque de Holanda, “A herança colonial – sua desagregação”, in idem, *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 1: O Processo de Emancipação. São Paulo: DIFEL, 1982.

³ Sobre a inclusão do Poder Moderador na Constituição de 1824, bem como as diversas interpretações pelas quais esse poder passou, consultar Silvana Mota Barbosa, *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2001.

nobreza titulada no Império do Brasil⁴. O Projeto de Constituição de 1823 previa que o Imperador poderia “Conceder remunerações, honras e distinções em recompensa de serviços, na conformidade porém das leis e precedendo a aprovação da Assembléia Geral, se as remunerações forem pecuniárias”⁵.

Já a Constituição de 1824, dentre as atribuições do Poder Executivo, previa, conforme item XI, artigo 102, que o imperador poderia “Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares, e Distinções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniárias da aprovação da Assembléia, quando não estiverem já designadas e taxadas por Lei”⁶. Diante disso, é digna de nota a questão da inclusão dos títulos e ordens militares, que seriam mantidos por todo o Império.

Uma primeira observação que se faz necessária é que a concessão de títulos nobiliárquicos era uma atribuição do Executivo e não do Moderador, o que implicava que, de alguma maneira, a escolha dos titulados passava não só pelas mãos do imperador, mas também de seus ministros, especialmente do ministro responsável pela pasta do Império.

Assim, interessante considerar que, apesar da alteração do texto constitucional de 1824 em relação ao de 1823, a nobreza foi mantida por todo o Império, com exceção do Período Regencial (1831-1840)⁷, apesar de a Constituição não mencionar a questão

⁴ Deve-se ressaltar que antes mesmo do Projeto de 1823 e da Constituição de 1824, d.Pedro I criou, em 01 de dezembro de 1822, a Ordem do Cruzeiro, a qual, de acordo com Evaldo Cabral de Mello, “propunha-se improvisar uma nobreza titular no Brasil, que gozaria de privilégios, foros e isenções contrárias ao princípio da igualdade perante a lei”. Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p.134.

⁵ Conforme Título 6º – Do Poder Executivo ou do Imperador, Capítulo I – Das Atribuições, Regalias e Juramento do Imperador, artigo 142, item VII. Paulo Bonavides e Roberto Amaral. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, vol.VIII, p.155.

⁶ Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p.22. As demais atribuições e características do Poder Executivo estão descritas no Título 5º – Do Imperador, Capítulo II – Do Poder Executivo, p.21-22.

⁷ A concessão de títulos nobiliárquicos foi praticada por d.Pedro I, d.Pedro II e pela princesa Isabel, durante as ausências de seu pai. Entre 1831 e 1840, não houve concessão de títulos, pois a lei de 14 de junho de 1831, aprovada pela Regência Trina Provisória, suspendeu diversas atribuições do Moderador e do Executivo, entre elas a nobilitação. Trata-se do artigo 19 da Lei de 14 de junho de 1831, pelo qual “A Regência não poderá: 1º- Dissolver a Câmara dos Deputados; 2º- Perdoar aos Ministros e Conselheiros de Estado, salvo a pena de morte, que será comutada na imediata, nos crimes de responsabilidade; 3º- Conceder anistia em caso urgente, que fica competindo à Assembléia Geral, com a Sanção da Regência dada nos termos dos artigos antecedentes; 4º- Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares e Distinções; 5º- Nomear Conselheiros de Estado, salvo no caso em que fiquem menos de três, quantos bastem para se preencher este número; 6º- Dispensar as formalidades, que garantem a liberdade individual.” Atos do Legislativo de 1831 – Lei de 14 de junho de 1831, disponível em:

da concessão de títulos nobiliárquicos ao descrever os poderes da Regência, o que assegurou a concessão de títulos pela princesa Isabel, durante as ausências de seu pai⁸.

O Brasil Império teve 980 titulados, que receberam os 1.278 títulos concedidos. A diferença entre o número de títulos e de titulados deve-se ao fato de uma mesma pessoa ter recebido mais de um título, fazendo com que cada título fosse contado separadamente, apesar de ser um único beneficiário⁹. Dos 1.278 títulos¹⁰, 795 eram de barão sem grandeza; 135 de barão com grandeza; 102 de visconde sem grandeza; 146 de visconde com grandeza; 50 de conde; 47 de marquês e 3 de duque¹¹. Dos 980 titulados, 617 foram barões sem grandeza; 98 barões com grandeza; 61 viscondes sem grandeza; 113 viscondes com grandeza; 42 condes; 46 marqueses e apenas 3 duques¹².

Na historiografia, a questão dos títulos de nobreza e seu significado foram mencionados com mais especificidade por Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, em seus estudos clássicos, dedicados à política e à sociedade imperial. Para Faoro, o título nobiliárquico, ao longo do século XIX, sofreu alterações; com d.João VI e d.Pedro I ainda possuía um caráter “nobilitador”, enquadrando o agraciado em uma “categoria social e política, no estamento burocrático e aristocrático”; enquanto que à medida que o Segundo Reinado avançava, o título nobiliárquico perdia o seu caráter nobilitador e não habilitava o agraciado para nenhuma função, fosse ela “pública,

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_9.pdf

⁸ A princesa Isabel exerceu a regência do Império por três vezes, entre 25 de maio de 1871 e 31 de março de 1872; 26 de março de 1876 e 26 de setembro de 1877; e 30 de junho de 1887 e 22 de agosto de 1888. Durante as suas regências, a princesa Isabel assumiu o poder com a prerrogativa de exercer todas as atribuições previstas para o Moderador e o Executivo.

⁹ Exemplo disso é Luís Alves de Lima e Silva, agraciado com os títulos de barão, conde, marquês e duque de Caxias. Carlos Rheingantz, *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, p.91 e 114.

¹⁰ A quantidade de títulos concedidos no Império não é uma informação precisa, mas não há uma grande variação entre os autores. Como exemplo, há os números apresentados por Heitor Lyra, que afirma que o Brasil teve 1.211 títulos, dos quais 47 eram marqueses, 51 condes, 235 viscondes, 875 barões, um duque, Caxias, e duas duquesas, Ceará e Goiás. Heitor Lyra, *História de D.Pedro II (1825-1891). Fastígio (1870-1880)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, p.38.

¹¹ Roderick J. Barman, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial” in *Mensário do Arquivo Nacional*. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p.8.

¹² Esses dados foram extraídos de *Graças Honoríficas Conferidas no Brasil entre 1808 – 1891*. Trata-se de um material elaborado por pesquisadores do Arquivo Nacional, na década de 1970, sob coordenação do então Chefe do Serviço de Pesquisa Histórica do Arquivo Nacional, José Gabriel Calmon da Costa Pinto. Esse material encontra-se inédito, sob guarda do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), que, mediante um convênio com o Arquivo Nacional, está responsável pela revisão e preparação do material para publicação. Trabalho este que já está em fase de finalização.

própria ou delegada”¹³, impedindo, assim, que os nobilitados formassem “um quadro efetivo de ação”¹⁴. Ainda assim, a concessão de títulos possuía um uso político, já que constituía um meio de controle, exercido pelo imperador, sobre os proprietários rurais¹⁵.

Além disso, Faoro também destaca uma diferença quanto aos agraciados nos dois reinados, enquanto d.Pedro I concedeu títulos principalmente para políticos e militares, seu filho, d.Pedro II, agraciou banqueiros, comissários e fazendeiros, estes em maior quantidade nos anos finais do império, em 1888 e 1889¹⁶. Uma explicação para o elevado número de títulos concedidos nesses dois anos seria a intenção de sustentar a monarquia, abalada pela abolição da escravidão¹⁷. José Murilo de Carvalho também mostra que as leis abolicionistas, e não apenas a Lei Áurea (13 de maio de 1888), aumentaram significativamente o número de títulos concedidos, tendo sido essa uma das maneiras encontradas pela Coroa para “devolver em símbolo de status o que retirava em interesse material”¹⁸.

Para caracterizar a nobreza no Império, Sérgio Buarque retoma a conjuntura do Primeiro Reinado e afirma que, após a outorga da Constituição, o imperador¹⁹ necessitava de “adeptos ou até cúmplices”, abusando, assim, da concessão de títulos nobiliárquicos. Além disso, havia entre os brasileiros aqueles que queriam ver o império “adornado de ouropéis nobiliárquicos” para se assemelhar e até se igualar às antigas monarquias européias. Porém, a nobreza formada no Brasil era diferente, em diversos aspectos, da nobreza portuguesa, já que, em Portugal, havia um grupo de fidalgos assentados na tradição, marcados pelas suas prerrogativas e privilégios, enquanto, no

¹³ Faoro, *op.cit.*, p.557.

¹⁴ Faoro, *op.cit.*, p.450-451.

¹⁵ Faoro, *op.cit.*, p.298.

¹⁶ Faoro, *op.cit.*, p.557.

¹⁷ O gabinete de João Alfredo concedeu 129 títulos e o de Ouro Preto, em cinco meses de governo, concedeu 93 títulos. Faoro, *op.cit.*, p.556-557.

¹⁸ José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.258.

¹⁹ Para Eul-Soo Pang, como forma de afirmar o seu poder político, d.Pedro I concedeu títulos de nobreza aos filhos, ainda crianças, de alguns titulados, a exemplo de Baependi e Queluz; além disso, os 146 titulados do Primeiro Reinado eram, em sua maioria, proprietários de terra e homens que prestaram serviços civis-militares à monarquia. *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988, p.53-56.

Brasil, essa “nobreza de emergência” rapidamente se multiplicava, sem contribuir para o prestígio dessas mercês²⁰.

Outra diferença entre Brasil e Portugal era o grande número de barões existentes no império brasileiro, o que poderia ser explicado, segundo Sérgio Buarque, pela “conveniência de serem poupados os melindres de fidalgos de mais alta prosápia, que gostariam de guardar só para si os velhos e ilustres títulos, largando os de menor estimação para uma aristocracia improvisada e sem raízes, verdadeira caricatura da nobreza de linhagem”. Assim, devido à ausência de grandes tradições, as baronias se adequavam melhor do que os títulos nobiliárquicos mais elevados²¹.

Sobre a grande quantidade de barões no império, José Murilo de Carvalho afirma que o título de barão era, normalmente, concedido aos proprietários rurais, o que os incluía na elite política, mas não na vida política, “assim é que, apesar de os barões constituírem 77% dos titulares de D. Pedro II, eles representavam apenas 14% dos ministros do 2º Reinado que possuíam títulos”²².

João Camillo de Oliveira Torres afirma que os títulos nobiliárquicos no Brasil Império eram concedidos pelo imperador, de acordo com a “conveniência do serviço público”²³, e significavam um reconhecimento pelos serviços prestados, uma maneira de demonstrar publicamente o apreço da coroa pelo serviço, sendo que, por não serem hereditários, não permitiam a formação de uma classe de nobres.

Eul-Soo Pang²⁴ se debruçou, de maneira mais minuciosa, sobre a temática da nobreza no Brasil Império, preocupando-se em analisar como se dava a concessão de títulos, a quem os títulos se destinavam e quais eram as relações que se firmavam entre o Estado e esses titulados. Para esse historiador, um título representava um

²⁰ Sérgio Buarque de Holanda, *op.cit.*

²¹ Sérgio Buarque de Holanda, *op.cit.*, p.30. Em Portugal, a partir de 1834, com o triunfo da revolução liberal, os nobilitados eram os burgueses enriquecidos, já promovidos a terra-tenentes, enquanto, no Brasil, as concessões, embora não ligadas à posse da terra, eram feitas, preferencialmente, aos proprietários rurais, uma maneira de oficializar um prestígio social assentado na tradição. Porém, para Sérgio Buarque, o Império tomou medidas com o intuito de prevenir o excessivo fortalecimento de uma aristocracia territorial, como, por exemplo, a lei de 06 de outubro de 1835, que proibia o estabelecimento de vínculos e morgados, fruto das discussões do Senado de 1829.

²² José Murilo de Carvalho, *op.cit.*, p.258.

²³ João Camillo de Oliveira Torres, *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p.203.

²⁴ Eul-Soo Pang, *op.cit.*

reconhecimento formal da família, da profissão e do status do titulado²⁵. Para Pang, a nobreza imperial era uma instituição pessoal e não social, seu status de corporação não derivava de princípios jurídicos, mas sim de prerrogativas da Coroa²⁶. Assim, para receber um título era necessária uma combinação de contribuição em dinheiro e boa política, somente contos de réis não eram suficientes para ser titulado; sendo que enobrecer representava uma via de acesso ao “sistema da elite imperial”²⁷.

Laura Jarnagin afirma que o título nobiliárquico era um vínculo especial e uma identificação com a monarquia. A titulação não garantia cargos políticos no Império, porém dos 219 homens que atuaram como ministros, 85 eram titulares, o que, segundo a autora, mostra a importância política do título. Além disso, dos 980 titulares do Império, 124 eram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o que revela a distinção conferida pelo título e a intenção de vincular a nobreza à monarquia, já que o IHGB fora criado, em 1838, com o intuito de forjar uma história e uma identidade nacional²⁸.

Diante disso, é possível afirmar que, a despeito das diferentes interpretações dos autores mencionados em relação à história política do Império, todos consideram que a nobreza reunia um grupo restrito de pessoas que, ou bem, se destacava socialmente graças à sua participação na elite política, ou então, pela sua condição de proprietários de terras. Para Faoro, o título nobiliárquico, apesar de não garantir a formação de um “estamento burocrático”, constituía um vínculo entre o nobilitado e o monarca, assegurando, assim, um certo controle por parte do imperador sobre os titulados.

Sérgio Buarque afirma que a concessão de títulos foi utilizada para formar um grupo de pessoas que apoiavam o imperador, além de ser uma maneira de aproximar a monarquia brasileira das monarquias européias. Para Oliveira Torres, o título significava um reconhecimento pelos serviços prestados, um modo de conferir uma distinção pública ao prestador do serviço em questão. Pang afirma que a nobreza no Império era pessoal e a posse do título representava o acesso à elite política imperial; por fim, Laura Jarnagin vincula a posse do título ao exercício de uma função política

²⁵ Eul-Soo Pang, *op.cit.*, p.2.

²⁶ Eul-Soo Pang, *op.cit.*, p.63

²⁷ Eul-Soo Pang, *op.cit.*, p.164 e 170-171.

²⁸ Laura Jarnagin, “The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility in society and politics”, in *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, p.99-157.

que, apesar de não necessitar do título, foi ocupada por um grande número de titulados ministros, senadores e sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Contudo - a despeito da posse de um título nobiliárquico conferir ao agraciado distinção política e social, além de representar um reconhecimento do imperador - nem todos os titulados aceitaram os títulos que lhes foram ofertados. Na verdade, alguns renunciaram e outros até recusaram.

Sobre a questão da renúncia ou recusa de títulos nobiliárquicos, há raras menções na historiografia²⁹, porém, após a realização de um levantamento inicial, foi constatado que essa foi uma decisão tomada por, pelo menos, 55 pessoas. Para análise nesse artigo, apresentaremos três casos específicos, concentrados em 1822 e que tiveram posicionamentos diferentes acerca daquela conjuntura política e até mesmo, da nobreza. São eles José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma e Joaquim Gonçalves Ledo³⁰.

José Bonifácio, importante ilustrado luso-brasileiro do grupo de d.Rodrigo de Sousa Coutinho, nasceu em 13 de junho de 1763 na cidade paulista de Santos. Aos vinte

²⁹ Dentro dessa temática, Sérgio Buarque, ao tratar da independência e do jogo de forças em questão, discute a concessão de títulos nobiliárquicos por d.Pedro I como uma maneira de estabelecer vínculos políticos com esses titulados, e menciona uma recusa de título ocorrida naquele momento, isto é, a de Joaquim Gonçalves Ledo. Raymundo Faoro, em discussão sobre o contexto da estruturação do Estado após a independência e a convocação da Assembléia Constituinte (que reagiu negativamente à concessão de títulos, por temor de criar uma aristocracia hereditária vinculada ao senado vitalício), menciona que José Bonifácio recusou um título de marquês, por ser incompatível com o seu racionalismo político e por pouco se impressionar com os brasões da monarquia. Oliveira Torres também menciona que alguns homens (cujos nomes não arrola) teriam recusado os títulos, justificando essa atitude com base em princípios políticos, ideológicos, e até mesmo por questão de orgulho e amor-próprio do nome da família. Sérgio Buarque de Holanda, *op.cit.*, p.29; Raymundo Faoro, *op.cit.*, p.329; e João Camillo de Oliveira Torres, *op.cit.*, p.444.

³⁰ Além desses três homens, a pesquisa de mestrado pretende analisar outros dez homens, de evidente peso político, mas que declinaram a concessão feita pelo monarca em diferentes períodos da história do Império, o que fica explícito com a data em que isso aconteceu. Assim, são eles José Clemente Pereira (Primeiro Reinado), Francisco de Lima e Silva (1841), Antonio Paulino Limpo de Abreu (1872), José Tomás Nabuco de Araújo (1872), João Maurício Wanderley (1872), Paulino José Soares de Sousa (1876 e 1888), José Antonio Saraiva (1879), Manuel Pinto de Sousa Dantas (1879), Lafaiete Rodrigues Pereira (1888) e João Alfredo Correia de Oliveira (1888). Diante disso, é possível perceber que no período da consolidação do Estado Nacional, isto é, décadas de 1840/1850, não ocorreu um número expressivo de recusas como aconteceu na crise do Império, intensificada a partir dos anos 1870. As datas mencionadas indicam que a renúncia de Francisco de Lima e Silva deve ter sido uma exceção dentro do quadro de agraciados, enquanto que as dos anos subsequentes talvez indiquem questionamentos mais profundos sobre a monarquia e devam ser inseridos nessa conjuntura mais ampla do Império, não sendo restritos a episódios pontuais de homens que, por razões mais individuais, fizeram tal opção. Por fim, a concentração de recusas de títulos coincide com a crise do Império, o que pode ser explorado no sentido de compreendermos melhor a crise da monarquia, os questionamentos aos quais foi submetida e até mesmo, a transição para a República.

anos, foi para Portugal cursar faculdade e lá desenvolveu a sua carreira de mineralogista, assumindo cadeiras importantes graças à sua formação e aos seus estudos. No momento da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, alistou-se, defendendo Portugal contra os invasores. Retornou ao Brasil em 1819, tornou-se vice-presidente da junta provisória da província de São Paulo em junho de 1821, e em 18 de janeiro de 1822, após o Fico, foi nomeado ministro do Reino e dos Estrangeiros por d.Pedro.

Em 14 de setembro de 1822, após a independência, Bonifácio foi nomeado ministro do Império e dos Estrangeiros, pelo então imperador d.Pedro I. O declínio do poder de Bonifácio se iniciou em 16 de julho de 1823 quando pediu demissão do ministério, assumindo então seu lugar como deputado na Assembléia Constituinte. Porém, com a dissolução da Constituinte, Bonifácio foi preso em 12 de novembro de 1823 e exilado na França poucos dias depois, em 20 de novembro. Depois disso, Bonifácio só retornaria à cena política com a abdicação de d.Pedro I, em 07 de abril de 1831, haja vista a sua nomeação como tutor do futuro d.Pedro II e de suas irmãs³¹.

Joaquim Gonçalves Ledo nasceu em 11 de dezembro de 1781, no Rio de Janeiro, e foi integrante do grupo de oposição às idéias e ao poder de José Bonifácio. Essa oposição se manifestava no periódico *Revérbero Constitucional Fluminense*, fundado em 15 de setembro de 1821, e editado por ele e por Januário da Cunha Barbosa. De acordo com Roderick Barman, as idéias desse grupo foram fortemente influenciadas pelas Revoluções Americana e Francesa, além de serem defensores da liberdade de imprensa³².

Em outubro de 1822, José Bonifácio deu início ao movimento que ficou conhecido como “Bonifácia”, isto é, a perseguição de seus inimigos políticos³³, dentre

³¹ José Bonifácio retornou ao Brasil em 1829, exilado em sua casa em Paquetá (RJ), mas não ocupou nenhum cargo até a sua nomeação como tutor. Sobre a biografia de José Bonifácio, consultar, entre outros, Octávio Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império: José Bonifácio* (volume 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1960; Therezinha de Castro, *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d.; e Emília Viotti da Costa, “José Bonifácio: Mito e História”, in idem *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

³² Roderick Barman, *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988, p.77.

³³ É válido ressaltar que como José Bonifácio é, em geral, retratado como o *Patriarca da Independência*, as biografias dos seus inimigos são raras e, freqüentemente, narradas a partir da relação deles com Bonifácio.

eles Gonçalves Ledo, que conseguiu fugir para Buenos Aires, e José Clemente Pereira³⁴, que foi preso e exilado na França. Após a dissolução da Constituinte em novembro de 1823 e o exílio de Bonifácio, Ledo retornou ao Brasil³⁵.

Por fim, Francisco Gomes Brandão nasceu em Salvador em 23 de março de 1794, e, a partir de 01 de março de 1823, passou a utilizar um novo nome: Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, em uma tentativa de evidenciar o seu ressentimento com os portugueses, além do seu sentimento patriota e nacional, uma vez que *Gê* era um tronco indígena, *Acaiaba* uma árvore típica do Brasil e *Montezuma* um nome asteca, enquanto que Gomes Brandão remetia aos portugueses³⁶. Montezuma teve forte atuação na Assembléia Constituinte de 1823 e, ao contrário de Gonçalves Ledo e Clemente Pereira, era aliado de Bonifácio, tendo sido preso e exilado com ele após a dissolução da Constituinte.

Com essas breves biografias, é possível perceber que estavam em disputa, pelo menos, dois projetos distintos para o Brasil. Um defendido pelo grupo de José Bonifácio e outro pelo grupo de Gonçalves Ledo. José Bonifácio era integrante da elite coimbrã, monarquista convicto e afinado com as idéias de formação de um Império Luso-Brasileiro³⁷, não via necessidade da imediata convocação da Constituinte no Brasil, mas era favorável à elaboração de uma constituição, e priorizou a defesa, enquanto foi possível, da manutenção da unidade com Portugal. Além de pensar a formação de um governo extremamente elitista e com um mínimo de participação popular³⁸.

Joaquim Gonçalves Ledo era membro da elite brasiliense³⁹, favorável à independência do Brasil, contrário, portanto, ao Império Luso-Brasileiro, e com

³⁴ José Clemente Pereira, também opositor de José Bonifácio, nasceu em Portugal, em 17 de fevereiro de 1787. Foi perseguido por Bonifácio, sendo demitido do cargo de juiz de fora do Rio de Janeiro, além de preso e exilado. Do mesmo modo que Gonçalves Ledo, retornou à cena política após a prisão de Bonifácio. Em 1826, foi eleito deputado e em 1828, encabeçou um novo ministério. Roderick Barman, *Brazil...*, *op.cit.*, p.101; Isabel Lustosa, *D.Pedro I: o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.282-283.

³⁵ De acordo com Miriam Dolhnikoff, após a independência, “(...) Bonifácio permaneceu como o mais poderoso ministro de d.Pedro, com uma inacreditável capacidade de colecionar inimigos”. *Projetos para o Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.17.

³⁶ Eduardo Spiller Pena, *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001, p.68-69.

³⁷ Lúcia Neves, *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003, p.305.

³⁸ Miriam Dolhnikoff (org.), *op.cit.*

³⁹ De acordo com Lúcia Neves, as classificações “elite coimbrã” e “elite brasiliense” não eram estáticas e

tendências republicanas, defendia a imediata convocação da Constituinte, no que foi atendido, uma vez que seu pedido foi endossado por José Clemente Pereira, presidente do Senado⁴⁰.

Retomando a temática da concessão de títulos nobiliárquicos, em diferentes momentos de 1822, d.Pedro I concedeu títulos e ordens honoríficas a esses três homens. Para José Bonifácio, importante aliado de d.Pedro I no início de seu reinado, foi oferecido o título de marquês, porém não foi aceito, uma vez que Bonifácio desprezava esse tipo de distinção, tendo também recusado a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro, que lhe seria dada no dia da coroação do imperador⁴¹.

A opinião de Bonifácio sobre a nobreza era anterior à formação do império brasileiro, uma vez que já em 1813 ele afirmava que “Honras e mercês brilhantes, como tem obtido tanta gente não sei como, nem as requeiro, nem as espero, ainda que os meus tais serviços, como literato, homem público e soldado, alguma contemplação mereciam; porém, subsistência certa e alguma estimação pública, deve-se-me decerto”⁴², ou também comparando os nobres com os indígenas, afirmava que “Os que sacrificam a honra e a própria dignidade a títulos e comendas são como selvagens que trocam seu ouro por grãos de miçangas”⁴³.

Além disso, em carta, de janeiro de 1826, escrita a Drummond de Menezes:

“Quem creria possível que, nas atuais circunstâncias do Brasil, havia a grã Pata pôr tantos ovos de uma vez, como 19 Viscondes e 22 Barões? Nunca o João pariu tanto na plenitude e segurança do seu poder autocrático. – Quem sonharia que a mixela Domitilla seria Viscondessa da Pátria dos Andradas? Que insulto desmiolado! Quando esperaria o Futriqueiro Carneiro ser Barão, e os demais da mesma ralé? O’ meu bom Deus, porque me conservas

sofreram alterações ao longo do século XIX. Além de José Bonifácio, outros membros da elite coimbrã eram, entre outros, Hipólito José da Costa e Martim Ribeiro de Andrada; e outros membros da elite brasiliense eram, além de Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira e Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, *op.cit.*, p.87-88.

⁴⁰ Para Tobias Monteiro, o grupo de Ledo contou com grande apoio de Clemente Pereira. “A cooperação de José Clemente facilitava converter em representações do Senado da Câmara, do qual era presidente, as representações de origem popular, preparadas com a sua ingerência”. *História do Império: a elaboração da independência*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972, vol.2, p.473.

⁴¹ Sobre a não aceitação da Grã-Cruz do Cruzeiro, ver José Honório Rodrigues, *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974, p.258.

⁴² Carta de José Bonifácio ao Conde de Funchal, julho de 1813, in Miriam Dolhnikoff, *op.cit.*, p.171-172.

⁴³ Miriam Dolhnikoff, *op. cit.*, p.195, sem data.

*a vida para ver meu país enxovalhado a tal ponto! E esses bandalhos do Governo não vêm a impolítica de tal procedimento, que fará pulular novos inimigos à Imperial criança!”*⁴⁴.

Bonifácio também via os títulos como uma ameaça para a monarquia “Que valem títulos, dignidades e honras dados sem justiça, e como paga servil da escravidão e dos vícios? Ninguém as quererá sem virem acompanhadas de dinheiro ou ofícios! E de onde sairão estes? E quando não os houver em que base se estribará a monarquia?”⁴⁵, ou ainda “Os que seguem a corte não têm esperança de independência, [ilegível no original] mas só de ridículos e fitas, que perdem valor, pela má escolha e distribuição”⁴⁶, e também mais acidamente “Querem fazer nobreza de corte, alterando a igualdade natural do país; e isto não por gradações insensíveis e harmônicas como na música, mas aos saltos e sacões; querem impossível, e abalam o Estado em seus fundamentos. Assim em vez de amor e amizade recíproca, princípios da sociabilidade, introduzem a vanglória, o egoísmo e a soberba”⁴⁷.

Diante dessas citações de Bonifácio, é possível notar uma aparente contradição no pensamento do Andrada, uma vez que ele era marcadamente elitista, ao mesmo tempo em que era contrário à formação de uma nobreza privilegiada. E a oferta do título feita por d.Pedro I a ele ocorreu em um momento em que era uma figura extremamente poderosa na formação do Estado imperial brasileiro e praticamente um ano antes de iniciar sua feroz oposição ao imperador, como se vê na sua carta de janeiro de 1826, já no exílio.

Para Montezuma, aliado de Bonifácio, d.Pedro I ofereceu, entre novembro e dezembro de 1822, o título de barão da Cachoeira e a dignitária da Ordem do Cruzeiro, porém, politicamente recusou o título de barão, o que teria sido justificado, de acordo com Tobias Monteiro, como uma atitude para não provocar ciúmes nas tradicionais

⁴⁴ Carta de José Bonifácio a Vasconcelos Drummond de Menezes, datada de janeiro de 1826. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volume XIV, 1886-1887. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1890, p.14-15, destaque no original.

⁴⁵ Miriam Dolhnikoff, *op. cit.*, p.219, sem data.

⁴⁶ Miriam Dolhnikoff, *op. cit.*, p.225, sem data.

⁴⁷ Miriam Dolhnikoff, *op. cit.*, p.256, sem data.

famílias baianas, prejudicando, assim, a causa nacional⁴⁸, entretanto, aceitou a Ordem do Cruzeiro⁴⁹.

Contudo, a justificativa dada por Tobias Monteiro parece falha, uma vez que ser agraciado com um título nobiliárquico meses depois da independência significava, para o agraciado, uma porta de acesso a essa nova ordem imperial, e para o imperador, uma maneira de cooptar políticos e pessoas de visibilidade social para dentro desse novo Estado⁵⁰.

É digno de nota que a recusa de Montezuma ocorreu no momento em que Bonifácio era o poderoso ministro do imperador, o que talvez seja um indicativo da existência de uma justificativa para a recusa de maior caráter político do que a dada por Tobias Monteiro. Além disso, como Bonifácio e Montezuma eram aliados, é provável que as opiniões de Montezuma sobre a nobreza sejam parecidas com as de Bonifácio, porém isso não impediu que ele aceitasse um novo título de nobreza, desta vez o de visconde de Jequitinhonha com as honras de grandeza concedido por d.Pedro II em 1854⁵¹, o que coloca outro elemento na análise, o imperador, revelando o impacto que a conjuntura política exercia no ato de aceitar e recusar um título de nobreza.

Em 1823, as circunstâncias políticas foram significativamente alteradas. Em 16 de julho desse ano, Bonifácio pediu demissão do ministério e deixou de exercer uma poderosa influência sobre o imperador, tendo assumido seu lugar como deputado na Assembléia Constituinte. Meses depois, os irmãos Andradas iniciaram a publicação de *O Tamoyo* criticando as atitudes do governo e o próprio título do periódico já era um indicativo das péssimas relações entre os irmãos e o imperador, uma vez que remetia a uma tribo indígena feroz no combate aos portugueses.

⁴⁸ Tobias Monteiro, *op. cit.*, p.549.

⁴⁹ Hélio Vianna, “Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.244, jul./set. 1959.

⁵⁰ Sobre a interpretação da concessão de títulos como uma maneira de cooptação, ver Raymundo Faoro, *op.cit.*, Sérgio Buarque de Holanda, *op.cit.*, e mais recentemente, Marco Morel. Entretanto, os exemplos de cooptação dados por este autor são equivocados, uma vez que ele cita os títulos de visconde de Jequitinhonha a Montezuma, e o de visconde de Torres a Joaquim José Rodrigues Torres como concessões de d.Pedro I, o que é um equívoco haja vista que ambos foram titulados por d.Pedro II em 1854 e que o título de Rodrigues Torres era, na verdade, visconde de Itaboraí. *As transformações dos espaços públicos*. São Paulo: Hucitec, 2010, p.191.

⁵¹ Hélio Vianna, *op.cit.*

Dentro dessa nova conjuntura, em outubro de 1823, d.Pedro I concedeu o título de marquês do Maranhão ao lorde Cochrane em agradecimento aos serviços prestados por ele para o fim da guerra de independência no Maranhão. Porém, essa atitude do imperador provocou repúdio em Montezuma, que “apresentou indicação no sentido de ser suspensa a outorga daquela mercê até que por lei se estabelecessem a ordem e a gradação das distinções nobiliárquicas”⁵². À fala de Montezuma, seguiu-se a de Antônio Carlos de Andrada: “Diga-se ao governo de S.M.I. que enquanto a Assembléia não decretar a existência de distinções nobiliárias e de títulos, não se dêem mais os ditos títulos e distinções”⁵³.

É válido ressaltar que o argumento levantado por Montezuma acerca da inconstitucionalidade do título ao Cochrane, em 1823, não foi, ao que parece, o argumento utilizado por ele quando da recusa do título de barão da Cachoeira, em 1822, nem por Bonifácio, também em 1822, o que talvez seja um indicativo de que a inconstitucionalidade dos títulos nobiliárquicos tenha sido levantada como argumento válido após a queda de Bonifácio do ministério e sua crescente rivalidade com o imperador, o que não havia em 1822 e, acabaria por levá-los ao exílio em novembro de 1823.

Já Joaquim Gonçalves Ledo tinha uma opinião de repúdio à nobreza, tendo redigido um “Manifesto contra a criação da nobreza brasileira” publicado em setembro de 1822, no qual argumentava que a nobreza privilegiada hierarquizava a sociedade e excluía os que não fossem pertencentes desse grupo; e, além disso, a nobreza no Brasil poderia ser maléfica para o Estado, uma vez que os titulados seriam invejados pelos não nobres⁵⁴.

De acordo com uma carta de Ledo a Pedro de Araújo Lima, datada de 16 de outubro de 1822, a oferta do título de marquês da Praia Grande lhe teria sido feita pelo monarca em 14 de outubro de 1822.

“Fui ao Paço no dia 14 deste, chamado por um recado escrito do Imperador, que me ofereceu o título de Marquês da Praia Grande. O

⁵² Hélio Vianna, *op.cit.*, p.110.

⁵³ Além do título de marquês, Cochrane foi agraciado com a Grã-Cruz do Cruzeiro. Tobias Monteiro, *op.cit.*, p.612; a citação está na página 727.

⁵⁴ Nicola Aslan, *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, [1975], vol.2, p.259-264.

Conselheiro José Bonifácio, sabendo que ainda o ano passado era eu republicano, e que agora trabalho por uma monarquia constitucional, sem nobreza outra senão a dos sentimentos, certo teve parte neste convite que reputo ofensivo à minha dignidade.

Imediatamente agradei a S.M. a honra que dava, e pedi-lhe que me permitisse recusar o título nobiliárquico, dizendo-lhe que não o merecia, e o não desejava. Interveio o Conselheiro com estas palavras: 'Ora, Sr. Lêdo, é um prêmio aos seus serviços no jornal e na Maçonaria, em favor da Independência'. Afirmei que não podia aceitar e que o melhor título para mim seria o de brasileiro patriota e homem de bem, contentando-me com a nobreza do coração. O Imperador entendeu que a minha recusa e minhas palavras eram afronta e despediu-me do Paço com palavras ásperas e gesto descortês, como é seu costume nos momentos de ira.

Eis, meu amigo, porque o Imperador, instigado pelo Conselheiro José Bonifácio, não quer que eu tome assento na Câmara. Mas serei deputado, quer queiram, quer não, porque é essa a vontade dos eleitores do Rio de Janeiro.

Esperando notícias sou sempre o mesmo amigo

Joaquim Gonçalves Ledo ⁵⁵.

O título de marquês da Praia Grande foi recusado por Ledo, ao que parece, por dois motivos principais. O primeiro era que Ledo era conhecidamente de tendências republicanas e contrário a qualquer distinção nobiliárquica; o segundo era que o título de marquês da Praia Grande foi uma sugestão de Bonifácio, seu inimigo. A interferência de Bonifácio pode ser interpretada como uma provocação ao Ledo por duas razões, a primeira é que se Ledo aceitasse o título, Bonifácio o difamaria publicamente na imprensa, já que ele se dizia contrário a títulos e de tendências republicanas; a segunda é que caso Ledo recusasse, poderia se indispor com o imperador, uma vez que d. Pedro I também conhecia suas convicções políticas. Pela carta, percebe-se que houve um confronto entre Ledo e o imperador, por conta da recusa do título.

Diante disso, interessante notar que, apesar de todas as divergências e diferenças existentes entre esses três homens, algo os uniu, em um determinado momento, isto é, a recusa do título nobiliárquico concedido pelo primeiro imperador. Tal qual a aceitação da concessão feita pelo imperador, a recusa do título nobiliárquico também era um ato

⁵⁵ Carta de Joaquim Gonçalves Ledo a Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, datada de 16 de outubro de 1822. Nicola Aslan, *op.cit.*, vol.2, p.274.

político e indica a possibilidade interpretativa de que ser nobre no Brasil Império não era uma distinção irrecusável, pois, não só esses três homens, mas também os outros dez que não aceitaram os títulos, não foram banidos da política imperial após terem recusado as concessões dos imperadores, tendo ocupado postos políticos elevados e nomeados pelo imperador, tais como senador, ministro e conselheiro de estado.

Bibliografia:

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XIV, 1886-1887. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1890.

ASLAN, Nicola, *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, [1975], 2 volumes.

BARBOSA, Silvana Mota, *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2001.

BARMAN, Roderick, *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford (California): Stanford University Press, 1988.

_____, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial” in *Mensário do Arquivo Nacional*. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto, *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, vol.VIII.

CARVALHO, José Murilo de, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Therezinha de, *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d.

COSTA, Emília Viotti da, “José Bonifácio: Mito e História”, in idem *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores: Arquivo Nacional, 1966.

_____, *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1975.

_____, *O parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, “A interiorização da metrópole”, in idem, *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam, *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

_____, (org.), *Projetos para o Brasil. José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FAORO, Raymundo, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

JARNAGIN, Laura, “The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility in society and politics”, in *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, p.99-157.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, “A herança colonial – sua desagregação”, in idem, *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 1: O Processo de Emancipação. São Paulo: DIFEL, 1982.

LUSTOSA, Isabel, *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Coleção Perfis Brasileiros.

LYRA, Heitor, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. 3 volumes. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977.

MATTOS, Ilmar, *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de, *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MONTEIRO, Tobias, *História do Império: a elaboração da independência*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. 2 volumes.

MOREL, Marco, *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

_____, “Estado e Política na Independência”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, volume 1: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PANG, Eul-Soo, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988.

PENA, Eduardo Spiller, *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

RHEINGANTZ, Carlos, *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

RODRIGUES, José Honório, *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.

SLEMIAN, Andréa, *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2006.

SOUSA, Octávio Tarquínio, *História dos Fundadores do Império*, volume 1: José Bonifácio. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957-58.

VIANNA, Hélio, “Francisco Gê Acaíaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.244, jul./set. 1959.